

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL: um estudo sobre seus posicionamentos frente à gestão e à sustentabilidade na Microrregião de Varginha-MG.

LUCAS ROSA PAIVA

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS (UNIS-MG)
lucas@unis.edu.br

NILTON DOS SANTOS PORTUGAL

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS (UNIS-MG)
nilton@unis.edu.br

PEDRO DOS SANTOS PORTUGAL JÚNIOR

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS (UNIS-MG)
pedrorotaract@hotmail.com

ALESSANDRO FERREIRA ALVES

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS (UNIS-MG)
alessandro.alves@unis.edu.br

JEFERSON VINHAS FERREIRA

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS (UNIS-MG)
jeferson@unis.edu.br

Introdução

A compreensão do empreendedorismo e de seus atores, suas características, percepções e ações, pode contribuir para a promoção do desenvolvimento e apontar caminhos mais assertivos tende a ousar, enquanto empreendedor. Ressalta-se que esse processo só se justifica se abarcar a preocupação com a sustentabilidade, surgindo assim a nova corrente, do empreendedorismo sustentável, que se alicerça na busca por oportunidades socialmente justas, ambientalmente corretas e economicamente viáveis.

Problema de Pesquisa e Objetivo

Qual a percepção dos MEIs com relação às questões de gestão empresarial, sociais e ambientais? A pesquisa visa compreender os padrões de gerenciamento e sustentabilidade destes empreendedores da microrregião de Varginha no sul do estado de Minas Gerais, descrevendo seus perfis e características e averiguando a existência de relações entre variáveis que representam suas ações e percepções, a renda média familiar dos municípios e o Índice de Desenvolvimento Humano do município que pertencem.

Fundamentação Teórica

Para Sachs (2009), os objetivos do desenvolvimento que tem como base a sustentabilidade devem ser sempre socialmente justos, ambientalmente prudentes e economicamente viáveis. Portanto, a qualidade social deve ser medida pela melhoria do bem-estar das populações despossuídas e a qualidade ecológica, pela solidariedade com as futuras gerações.

Metodologia

Como procedimentos metodológicos, adotou-se o survey e como instrumento de coleta de dados, o questionário estruturado, aplicado em uma amostra justificada de 391 MEIs da Microrregião de Varginha – MG. Utilizando-se das técnicas estatísticas descritiva e multivariada para as análises dos dados e a discussão dos resultados.

Análise dos Resultados

Com relação à hipótese h1, observa-se que apenas as variáveis de gestão que tratam (i) do cumprimento dos compromissos dos MEI's com seus clientes, (ii) do estabelecimento de metas de venda e (iii) do conhecimento das ações promocionais mais adequadas ao negócio são as que apresentaram níveis de significância dentro do parâmetro estabelecido. A segunda hipótese, que conjectura a influência do IDH-M sobre as ações e percepções dos MEIs relacionadas à questão ambiental, não se confirma.

Conclusão

Com o objetivo de compreender os padrões de gerenciamento e sustentabilidade dos microempreendedores individuais da microrregião de Varginha, a presente pesquisa evidenciou resultados que podem contribuir com o crescimento e o sucesso do MEI (empresa e indivíduo), cooperar com o desenvolvimento econômico e sustentável da região e ampliar os estudos relacionados ao fenômeno do empreendedorismo.

Referências Bibliográficas

PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em: . Acesso em: 23 jul. 2013.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. Microempreendedor individual: estatísticas do MEI, 2014. Disponível em: . Acesso em: 07 jan. 2014.

SACHS, I. A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 226 p.

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL: um estudo sobre seus posicionamentos frente à gestão e à sustentabilidade na Microrregião de Varginha-MG.

1 INTRODUÇÃO

O empreendedorismo se configura como mola propulsora para o desenvolvimento econômico, contribuindo para o crescimento econômico, para uma melhor distribuição de renda e para a diminuição da pobreza de uma nação. A compreensão deste fenômeno e de seus atores, suas características, percepções e ações, pode contribuir para a promoção do desenvolvimento e apontar caminhos mais assertivos e apropriados para quem tende a ousar, enquanto empreendedor.

Estimular o empreendedorismo é crer na capacidade do indivíduo em inovar, criar novos negócios, empregar pessoas e gerar riquezas. Todavia, ressalta-se que a geração de riqueza, de fato, só se justificará se abarcar a preocupação com a sustentabilidade, objetivando um equilíbrio entre desenvolvimento econômico, qualidade de vida atual e futura e meio ambiente mais limpo e saudável. Nesse sentido, uma nova corrente empreendedora vem surgindo, o empreendedorismo sustentável, que se alicerça nas dimensões social, ambiental e econômica, incentivando o empreendedor a buscar oportunidades socialmente justas, ambientalmente corretas e economicamente viáveis, denominado *triple bottom line*.

Assim, baseado na importância do empreendedorismo e do desenvolvimento, tanto econômico quanto sustentável, na relevância socioeconômica dos pequenos negócios e na projeção esperada de crescimento da formalização dos microempreendedores individuais, para os próximos anos, que retratam números e percentuais de relevante contribuição para o desenvolvimento do país, a presente pesquisa se caracteriza por um estudo sobre as ações e as percepções do microempreendedor individual (MEI). Como objetivo a pesquisa visa compreender os padrões de gerenciamento e sustentabilidade destes empreendedores da microrregião de Varginha, situada no sul do estado de Minas Gerais, descrevendo seus perfis e características e averiguando a existência de relações entre variáveis que representam suas ações e percepções, a renda média familiar dos municípios e o Índice de Desenvolvimento Humano do município que pertencem.

Como procedimentos metodológicos, adotou-se o *survey* e como instrumento de coleta de dados, o questionário estruturado, aplicado em uma amostra justificada, utilizando-se das técnicas estatísticas descritiva e multivariada para as análises dos dados e a discussão dos resultados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo são tratados e referenciados os conceitos sobre o desenvolvimento, dentro da compreensão Schumpeteriana, a diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico, as linhas de pensamento relacionadas ao desenvolvimento sustentável e as correntes econômicas neoclássica e ecodesenvolvimentista da sustentabilidade.

2.1 Desenvolvimento econômico

A teoria capitalista de Marx, de acordo com Silva *et al.* (2013), afirma que o desenvolvimento pode ser entendido como um processo que visa à maximização da riqueza de um país, ou seja, a acumulação de ativos públicos e individuais, advindos do crescimento da produção e da remuneração recebida pelos que participam da atividade econômica. Tal

processo influencia e sofre influências de forças que operam durante um período de tempo consideravelmente longo, causando alterações em determinadas variáveis.

Nesse contexto, dois conceitos se destacam: crescimento e desenvolvimento econômico. Para Bresser-Pereira (2008b), esses conceitos são indissociáveis, porém, Schumpeter (1997) foi o primeiro economista a assinalar diferenças entre estes conceitos. Para ele, o desenvolvimento econômico provoca transformações estruturais do sistema econômico, algo mais complexo e amplo que o simples crescimento. Schumpeter defendeu tal distinção para salientar a ausência de lucros econômicos no fluxo circular onde, no máximo, aconteceria crescimento e demonstrar a importância da inovação, ou seja, de investimento com o objetivo de incorporar o progresso técnico no verdadeiro processo de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, Bresser-Pereira (2008a) afirma que, para haver desenvolvimento tem que haver inovação, algo que pode e deve contribuir para a produtividade. O que se aproxima da primeira corrente conceitual do empreendedorismo, que associa a figura do empreendedor à criação de produtos, mercados e empresas. O autor afirma também que o desenvolvimento está relacionado às capacidades dos indivíduos. Capacidades estas de consumo, de educação e bem-estar, apontadas como sinônimo do próprio Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o que acaba por corroborar com a distinção apresentada por Schumpeter.

2.2 Desenvolvimento sustentável

A evolução das linhas de pensamento econômico sobre os recursos naturais, segundo Faucheux e Noël (1995), até a década de 1970, pode ser apresentada em quatro correntes. A primeira, representada pelos Fisiocratas, considerava os recursos naturais como o fator de produção mais importante do processo produtivo, independentemente de seu valor econômico. Segundo os autores, nessa visão, a riqueza somente poderia decorrer da terra e de seus produtos, sendo a terra entendida como o conjunto dos fluxos diretos e indiretos ofertados pela natureza, ou seja, o símbolo do conjunto dos bens e recursos naturais.

A segunda, dos pensadores da Escola Clássica, inicia um processo de reconsideração da importância dos recursos naturais, atribuindo relevância apenas aos recursos naturais mercantis, ou seja, aqueles passíveis de proporcionar valor de troca. Contudo, os recursos naturais não mercantis, por não possuírem valor de troca, foram excluídos do campo de estudo da economia política clássica, ficando denominados como bens livres.

Na terceira, a concepção Marxista, embora tivesse considerado que a riqueza não poderia ser produzida apenas por um fator, o trabalho, com a utilização concomitante da natureza, abandona os recursos naturais em suas discussões. Ainda de acordo com Faucheux e Noël (1995), pelo fato de Marx ter se concentrado no entendimento do sistema capitalista e na concepção mercantil da produção, que envolve o valor de troca das mercadorias, os bens naturais gratuitos, ou seja, aqueles que não apresentam valor de troca, foram desprezados.

Por fim, a quarta corrente, representada pelos Neoclássicos, predominou a partir da segunda metade do século XIX até a primeira metade do XX. Nela, optou-se pelo total abandono dos recursos naturais nas análises realizadas, mesmo aqueles considerados mercantis. Evidência disso é a função de produção neoclássica, composta apenas pelos fatores Capital e Trabalho. Nessa concepção, os recursos naturais passam a ser substituíveis, principalmente pelo fator capital, o que mais tarde foi a base para a denominada sustentabilidade fraca.

No final dos anos de 1960 e início da década de 70 a preocupação com a questão ambiental e o provável esgotamento dos recursos naturais não renováveis utilizados nos processos produtivos chamaram a atenção e ganharam espaços em conferências e construções teóricas, retomando na economia o fator recursos naturais nas análises da função produção.

As contribuições principais se deram em virtude da obra de Rachel Carson, *Silent Spring*, da realização da Conferência de Estocolmo em 1972, onde surgiram abordagens relacionadas às questões sociais e, concomitantemente, da publicação do relatório *The Limits to Growth* pela equipe do Massachusetts Institute of Technology (MIT).

Segundo Baiocchi (2012), a década de 90 marca a consolidação do desenvolvimento sustentável a partir da verificação de que os serviços ecossistêmicos advindos dos sistemas naturais do planeta possuem limites para absorver os impactos da produção e do consumo. Esse conceito evidenciou a necessidade de um sistema produtivo que preserve a base ecológica e considere a capacidade de carga do planeta.

De acordo com Lélé (1991), Nobre e Amazonas (2002), Machado (2005) e Pinheiro (2012), o conceito de desenvolvimento sustentável vem sendo moldado, historicamente, em debates acadêmicos e políticos. Em ambos, os confrontos em torno da sustentabilidade se deparam, na maioria das vezes, com posicionamentos divergentes, quando defendidos por países, e reivindicatórios, quando defendidos por movimentos socioambientais.

Nesse sentido, a recente evolução e o inter-relacionamento entre a questão econômica e a questão ambiental permitiu o estabelecimento de algumas correntes de pensamento que se dedicaram a estudar esses fatos. Dentre elas podem-se destacar duas que serão alvo principal da fundamentação teórica desse estudo: a corrente Neoclássica e os Ecodesenvolvimentistas.

2.2.1 As correntes econômico-ambientais

A corrente econômica-ambiental denominada Neoclássica ficou assim conhecida por aplicar à questão ambiental os conceitos básicos da teoria clássica da economia, sobretudo os referentes à teoria do equilíbrio geral e as considerações marginalistas. As bases desta corrente, segundo Hussen (2013), estão fundamentadas no individualismo metodológico, no utilitarismo e no equilíbrio. Sua principal crença é de que a problemática ambiental pode ser solucionada pelo *mainstream* da economia, por meio da aplicabilidade da chamada microeconomia ambiental.

Outro ponto que merece destaque nesta corrente, embora muito criticado, é a afirmação de que o aumento da renda média das famílias pode contribuir para a diminuição da poluição. Esta linha de raciocínio baseia-se na curva ambiental de Kuznets, que, segundo Hussen (2013), estabelece que determinada sociedade, quando atinge um alto nível de renda per capita, apresenta um avanço na demanda por uma melhor qualidade ambiental. A curva de Kuznets é representada por um U invertido onde, inicialmente, há um aumento na poluição em função do aumento da renda per capita até o ponto no qual ocorre uma inflexão na curva (ponto de inversão). Assim, com um aumento contínuo na renda, a poluição é reduzida como produto de um processo de conscientização e exigência de uma sociedade mais abastada. Nesse sentido, a teoria de Kuznets defende que tanto as sociedades mais ricas quanto as de mais baixa renda não são as principais classes responsáveis pelos impactos ambientais. Os principais responsáveis pela degradação do meio ambiente, segundo esta teoria, são as sociedades e classes em desenvolvimento.

A teoria de Kuznets tem sido criticada pelo fato de que muitos países que atingiram elevados níveis de renda per capita não conseguiram reduzir seu nível de poluição e, por vezes, exportam partes de sua poluição para outros países. Além disso, segundo Mueller (2007), a visão de que o aumento na renda pode contribuir para a redução da poluição acaba sendo simplista, sem o aprofundamento necessário e a inclusão de fatores como o aumento do consumo e, por conseguinte, um maior descarte de resíduos.

Todavia, não se descarta por completo a teoria do U invertido, pois com uma maior renda, questões como a melhora na qualidade de vida, por meio do saneamento básico e do acesso à saúde e à educação, acabam sendo atendidas. Esses fatores são determinantes para a

sustentabilidade socioambiental em um sentido mais amplo. Outra contribuição, em um contexto setorial, aponta que com o aumento da renda da população o desenvolvimento tende a promover uma economia menos dependente da indústria e mais centrada em serviços, contribuindo para a redução da degradação ambiental (PANAYOTOU, 2003).

Outras críticas à corrente neoclássica, segundo Portugal *et al.* (2012), se concentram na visão de que a problemática ambiental pode ser facilmente resolvida por meio da incorporação das externalidades negativas por meio de instrumentos de mercado, sem a intervenção efetiva da sociedade ou do Estado.

A corrente Ecodensenvolvimentista, por sua vez, buscou reestruturar a relação entre sociedade e natureza, propondo um tipo de desenvolvimento que exige uma ação direta sobre o ser humano, indicando uma mudança no estilo de desenvolvimento dos países (PORTUGAL *et al.*, 2012). O termo ECO, advindo de ecológico e econômico, propõe uma reorientação em termos de integração e entendimento de conceitos sociais, econômicos e ecológicos. Segundo Donaire (1994), o objetivo da corrente foi implementar questões abordadas na Conferência do Meio Ambiente de 1972, onde surgiu o termo ecodesenvolvimento, e no Relatório da Comissão Brundtland de 1987, sendo este responsável pela definição de desenvolvimento sustentável como a capacidade de atender as necessidades das atuais gerações sem comprometer as capacidades das gerações futuras em atender suas próprias necessidades.

A mensagem principal do relatório da comissão, também conhecido por *Our Common Future*, alertou tanto para a existência de um limite mínimo para o bem-estar da humanidade, como também de um limite máximo para a utilização dos recursos naturais. Surge ainda, nessa corrente, o conceito *triple bottom line* conhecido como os três pês da sustentabilidade, a saber: *people*, que se refere ao tratamento do capital humano em uma empresa, com salários justos, bem-estar e saúde dos empregados, e na sociedade, com a participação, incentivos à cultura e o respeito aos direitos humanos; *planet*, fator ambiental caracterizado pelas preocupações em como amenizar os impactos ambientais produzidos pela atividade econômica, incluindo formas de reposição dos recursos naturais utilizados e de controle da poluição; e *profit*, refere-se ao lucro, ou resultados financeiros positivos da organização.

Para Sachs (2009), os objetivos do desenvolvimento que tem como base a sustentabilidade devem ser sempre socialmente justos, ambientalmente prudentes e economicamente viáveis. Portanto, a qualidade social deve ser medida pela melhoria do bem-estar das populações despossuídas e a qualidade ecológica, pela solidariedade com as futuras gerações. O autor expõe os princípios que devem nortear esse novo modelo de desenvolvimento: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; e elaboração de um sistema social garantindo emprego, educação, segurança social e respeito às diversidades culturais.

Segundo Donaire (1994), os estudos desta corrente demonstram que a poluição é fruto do estilo de desenvolvimento econômico que se tornou o paradigma da atual sociedade. Este estilo se caracteriza pelo capitalismo, influenciado, principalmente, pelo avanço das grandes empresas multinacionais, via propaganda maciça de seus produtos, criando desejos e hábitos muitas vezes supérfluos, buscando reproduzir, nos demais países, o padrão de consumo e crescimento de seus países de origem. Soma-se a isso a dependência crescente do petróleo, como fonte principal de energia, a emissão de poluentes, a crescente utilização de automóveis, contribuindo para um aumento constante do consumo de aço e combustíveis, e a cultura e os hábitos substituídos por padrões de outras nações.

Hussen (2013) afirma que a múltipla abrangência da corrente ecodesenvolvimentista se dá ao considerar questões como justiça e equidade na distribuição da produção e renda. Essas considerações têm uma dimensão temporal, que envolve várias gerações, e incluem

questões de bem-estar de todas as espécies do bioma. O autor inclui ainda duas questões importantes tratadas por essa corrente: a incerteza, que advém das expectativas imprevisíveis com relação às mudanças na tecnologia, renda e preferências pessoais; e a irreversibilidade, que denota que a continuação da exploração dos recursos naturais nos níveis atuais pode ocasionar danos irreversíveis para o meio ambiente.

As soluções propostas pelos ecodesenvolvimentistas para lidar com a problemática ambiental, de acordo com Donaire (1994), fixam-se na correção do rumo do desenvolvimento atual, com a redefinição dos seus objetivos em consonância com os recursos disponíveis. Tal correção exigirá: uma ação sobre todos os atores sociais; um reequilíbrio entre os poderes e o exercício mais efetivo do papel da sociedade, por meio do trabalho digno e da correta aplicação dos recursos e capital; um repensar mais qualitativo sobre o desenvolvimento; uma conservação mais incisiva da natureza, com a ampliação da base dos recursos renováveis; e uma reorientação da tecnologia para a busca por ecoeficiência; e a manutenção da garantia do direito das gerações futuras suprirem suas necessidades de forma justa e igualitária.

Para Sachs (2009), a corrente ecodesenvolvimentista tem como fio condutor o correto aproveitamento dos recursos disponíveis na natureza, dando provas de desenvoltura na adaptação ecologicamente prudente e socialmente útil às necessidades humanas, levando em consideração o retorno econômico e as questões ambientais e sociais na tomada de decisão sobre os processos produtivos e o consumo. Estes pontos têm provocado o aparecimento de novas regras e leis e um novo comportamento de consumo, exigindo uma nova postura de empresas e empreendedores.

3 METODOLOGIA

O presente estudo se caracteriza como descritivo, pois visa a “identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo” (JUNG, 2004, p.152). Para Cervo, Bervian e Silva (2007), a pesquisa descritiva procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com os outros, sua natureza e características, correlacionando fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los.

Optou-se por um levantamento do tipo *survey* que, segundo Babbie (1999), consiste em uma técnica de pesquisa conduzida com uma amostra representativa de uma determinada população, empregando, de modo geral, um questionário estruturado para a obtenção de dados que deverão ser estudados por meio de técnicas estatísticas para medir relações entre variáveis.

A abordagem utilizada é de natureza quantitativa, que, de acordo com Theóphilo e Martins (2009), permite ao pesquisador, dependendo da natureza das informações, dos dados e das evidências levantadas, empreender uma avaliação quantitativa, ou seja, organizar, sumarizar, caracterizar e interpretar os dados numéricos coletados.

Para a coleta de dados utilizou-se de um questionário estruturado, aplicado entre os meses de março e julho de 2014, baseado em recomendações e direcionamentos do SEBRAE e do Instituto Ethos, organização da sociedade civil de interesse público cuja missão é mobilizar e apoiar as empresas a gerir seus negócios de forma sustentável. Este instrumento se divide em três partes. A primeira parte objetivou identificar o microempreendedor e as características de sua empresa; a segunda teve o foco nas ações relacionadas à temática gestão; e a terceira parte o objetivo foi analisar as ações e as percepções relacionadas à sustentabilidade.

3.1 Variáveis da pesquisa

As variáveis da pesquisa se agruparam em características do indivíduo empreendedor e da empresa, em variáveis relacionadas às ações de gerenciamento do negócio, abordando aspectos de planejamento, clientes, mercado e finanças, e em ações e percepções relacionadas à sustentabilidade, contemplando pontos referentes às dimensões social, ambiental e econômica.

3.2 Região em estudo

A região onde foi realizada a pesquisa é a microrregião de Varginha, localizada em um eixo equidistante entre algumas das principais capitais brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, e uma das microrregiões pertencentes à mesorregião Sul e Sudoeste do estado de Minas Gerais. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), sua população é de 441.278 habitantes e seu PIB nominal de aproximadamente R\$ 8,7 bilhões, que advém do setor de serviços (56,6%), 17,2% da indústria, 14,1% do comércio e 11,7% da agropecuária. Este com destaque para a cafeicultura, o milho e a produção leiteira.

A microrregião possui dezesseis municípios, a saber: Boa Esperança, Campanha, Campo do Meio, Campos Gerais, Carmo da Cachoeira, Coqueiral, Elói Mendes, Guapé, Ilicínea, Monsenhor Paulo, Santana da Vargem, São Bento Abade, São Tomé das Letras, Três Corações, Três Pontas e Varginha. Estes com disparidades em suas configurações e diferenças marcantes em seus desempenhos econômicos. O PIB per capita da microrregião é de R\$19,7 mil. As cidades com os melhores índices referentes a este indicador são Varginha (R\$32,1 mil), Três Corações (R\$24,1 mil) e Santana da Vargem (R\$15,1 mil). Os municípios de Monsenhor Paulo e Três Corações se destacam pelos percentuais do PIB industrial, 28,5% e 27,4% respectivamente. Com relação à participação do comércio no PIB, os destaques são Varginha (20,5%) e Três Corações (12,6%). Três Pontas e Campanha são as que apresentam os maiores percentuais de participação dos serviços no PIB, 61,1% e 60,9% respectivamente.

Os municípios da microrregião apresentam um comércio diversificado, organizações do setor de serviços, como instituições financeiras, instituições de ensino profissionalizante, técnico e superior, hospitais e clínicas especializadas e indústrias do segmento de peças automotivas, entre outras. Com relação ao IDH-M, indicador que leva em consideração quesitos como a expectativa de vida, a renda mensal per capita e a educação, variando entre 0 e 1, a cidade com melhor desenvolvimento humano é aquela cujo índice se aproxima ao número 1. De acordo com o PNUD *et al.* (2013), a microrregião apresenta um IDH-M médio de 0,699, desempenho 4,3% abaixo dos 0,731 do estado de Minas Gerais e 3,8% abaixo dos 0,727 do país.

Ressalta-se que, dos 16 municípios da região, apenas seis (Boa Esperança, Campanha, Monsenhor Paulo, Três Corações, Três Pontas e Varginha) apresentaram IDH-M considerados altos. As demais cidades apresentaram performances entre 0,655, em Carmo de Cachoeira, e, 0,698, em Santana da Vargem, sendo classificadas em nível médio de desenvolvimento humano. Considerando a média nacional do IDH-M, o índice cresceu 15,8% no Brasil, nos últimos 10 anos, alterando seu status de médio desenvolvimento, em 2000, para alto, em 2010. Minas Gerais, em relação a 2000, melhorou de 0,624 para 0,731 (17%), passando também da categorização de médio para alto. E, por fim, a microrregião teve uma melhora de aproximadamente 14%, passando de 0,600, em 2000, para 0,699, em 2010. Porém, ainda permanecendo em um nível médio de desenvolvimento humano.

3.3 População e amostra da pesquisa

A população pesquisada, também conhecida por universo da pesquisa, é o conjunto de indivíduos que partilham de, pelo menos, uma característica em comum (MARCONI; LAKATOS, 2008). Desta forma, assume-se como universo desta pesquisa o conjunto de MEI's da microrregião Varginha-MG.

De acordo com o Portal do Empreendedor (2014), sítio eletrônico oficial do Governo Federal que tem como fonte de informações as bases dos sistemas oficiais da Secretaria da Receita Federal do Brasil, a microrregião de Varginha possui uma população de 8.260 MEI's formalizados. Esta população deriva de um corte transversal, que se justifica, segundo Malhotra (2012), por custos relativamente mais baixos que nos estudos longitudinais, por coletas de dados mais rápidas e ainda por retratar a realidade de modo satisfatório em um contexto histórico-temporal.

Foi selecionada uma amostra probabilística que, de acordo com Levin (1987), constitui um número menor de sujeitos tirados de uma determinada população, para a qual se busca generalizar as conclusões do estudo. Com a população identificada e finita, o tamanho da amostra foi calculado, considerando um nível de confiança de 95% ($\alpha=5\%$, $Z_{\alpha/2} = Z_{0,025}$), segundo Levin (1987), obtém-se o valor de 1,96 de desvios padrões, retirado da tabela de distribuição normal reduzida, para o cálculo da amostra. Assim, de acordo o autor, para um universo de 8.260 microempreendedores, pré-estabelecendo um erro amostral de 5%, a amostra foi composta por 367 microempreendedores individuais.

A presente pesquisa apresenta resultados que poderão ser generalizados apenas para o universo de microempreendedores individuais da região em estudo, dentro dos limites estatísticos estabelecidos. Para tanto, a técnica de amostragem foi a probabilística aleatória, tendo como forma de escolha do MEI a ser pesquisado o sorteio. Amostra probabilística, segundo Hair Jr. *et al.* (2009), por basear-se na premissa de que cada elemento da população alvo tem uma probabilidade conhecida, mas não necessariamente igual de ser selecionado para a amostra. Com a finalidade de abranger todos os municípios da região em estudo, optou-se por uma proporcionalidade, considerando a quantidade de microempreendedores individuais de cada cidade e número total da região. A proporcionalidade tem a finalidade de garantir a participação de empreendedores de toda a microrregião.

Cabe ressaltar que, embora a pesquisa tenha determinado uma amostra de 367 (trezentos e sessenta e sete) MEI's a serem pesquisados, distribuída proporcionalmente nos municípios, a estratégia adotada foi aplicar algo em torno de 20% (vinte por cento) a mais deste total, com a finalidade de possibilitar o descarte dos questionários com dados *missing* e/ou *outliers*, mantendo-se os mínimos predeterminados por cidades.

Ao final dos trabalhos de campo, a quantidade de questionários válidos e que puderam ser considerados para as análises desta pesquisa foi de 391 (trezentos e noventa e um).

3.4 Análise dos dados

Para a análise dos dados, em um primeiro momento, foi realizada a estatística descritiva dos dados coletados, com a finalidade de possibilitar a descrição dos fatos, compreendendo a organização e a simplificação de informações mais complexas. Para Malhotra (2012), as técnicas da estatística descritiva são usadas para resumir e descrever dados, servindo para melhorar a conveniência, a interpretação e a comunicação dos estudos. Em um segundo momento, utilizou-se de técnicas estatísticas multivariadas que, de acordo com Hair Jr. *et al.* (2009), referem-se aos métodos estatísticos que, simultaneamente, analisam múltiplas medidas sobre o indivíduo ou o objeto sob investigação. Dentre essas técnicas,

foram aplicadas, neste estudo, a correlação múltipla, a análise discriminante múltipla e o teste de hipóteses.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente capítulo foi estruturado considerando-se a necessidade de caracterizar os MEI's, pessoa física e jurídica, pesquisados na microrregião em estudo e responder aos objetivos da pesquisa. Em um primeiro momento são demonstrados os dados coletados utilizando-se da estatística descritiva, possibilitando a exposição e a discussão das informações. Posteriormente, as discussões se desdobram por meio das análises multivariadas, objetivando a confirmação, ou não, das hipóteses propostas.

4.1 Perfil pessoal e características jurídicas dos MEI's

Dos 391 MEI's pesquisados, 196 (50,1%) são do sexo masculino e 195 (49,9%) feminino. Em relação à idade, a média da amostra pesquisada é de 36,4 anos, a moda de 30 anos, o empreendedor mais novo possui 19 anos e o de maior idade 70 anos.

Em relação à escolaridade, destaca-se a baixa escolaridade dos MEI's, sendo 34 deles com o ensino fundamental incompleto (8,7%), 38 com o ensino fundamental completo (9,72%), 45 com o ensino médio incompleto (11,51%) e 126 com o ensino médio completo (32,23%), totalizando 62,16%. Já aqueles com mais anos de estudos, os microempreendedores individuais com o ensino superior completo representam 15,09% dos MEI's pesquisados e os que possuem pós-graduação representam 8,95%, somando 24,04% de pesquisados que possuem ensino superior (graduação ou pós-graduação) completo.

Dentre as características jurídicas, observou-se uma predominância entre os microempreendedores individuais da atividade econômica comércio, com 51,15% da amostra, seguida dos serviços (27,37%), do comércio e serviços (16,62%), e, por fim, da atividade que se caracteriza pela indústria e comércio, com 4,86%.

Os microempreendedores individuais que não possuem empregados são em maior número, 209 MEI's (53,45%), frente àqueles que possuem um empregado, quantidade única permitida pela Lei Complementar n.128/2008, que representam 182 MEI's (46,55%).

O cruzamento das variáveis da amostra, atividade econômica da empresa *versus* possuir ou não empregado, demonstra que a atividade econômica que mais emprega é o comércio (55,49%), em seguida os serviços, com 19,78%, comércio e serviços (17,58%) e indústria e comércio com 7,14%. Dentro da mesma atividade econômica, embora com números absolutos baixos (19 MEI's), o setor da indústria e comércio é o que apresenta o maior percentual de empregabilidade dentre as atividades (68,42%). Por outro lado, os serviços é a atividade dos microempreendedores individuais que menos emprega, em termos percentuais, ou seja, são apenas 33,64%, frente aos 66,36% dos que se enquadram neste setor e que não possuem empregados.

No que tange à configuração familiar ou não familiar, 216 microempreendedores pesquisados (55,24%) se configuram como uma empresa familiar, estas constituídas por membros de uma mesma família, utilizadas como uma fonte de recursos para sustentar e/ou complementar a renda familiar. A outra parte da amostra, 175 MEI's (44,76%), não se configura como uma organização familiar.

Com relação ao cruzamento entre as variáveis, possui empregado *versus* configuração familiar, a quantidade de MEI's cuja configuração é familiar e que possui empregado é de 106, sendo 27,11% do total da amostra, já as empresas familiares sem empregado correspondem a 28,13% (110 microempreendedores individuais). Dentre as 175 empresas que

se configuraram como não familiares, 43,43% empregam e 56,57% não possuem empregados, respectivamente, 19,44% e 25,32% da amostra.

4.2 Correlações entre renda média familiar dos municípios e as variáveis relacionadas à dimensão ambiental

A existência de correlação negativa entre a renda média familiar do município e as ações e percepções de cunho ambiental dos microempreendedores individuais é uma das hipóteses da pesquisa (H1) e surge em função da suposição de que o aumento da renda média das famílias, pertencentes às sociedades em desenvolvimento, pode contribuir para uma menor conscientização ambiental e, por conseguinte, um aumento da poluição, linha de raciocínio que se baseia na teoria da curva ambiental de Kuznets.

A teoria da curva de Kuznets, de acordo com Hussien (2013), estabelece que a sociedade em desenvolvimento, quando atinge mais altos níveis de renda, apresenta um maior consumo de bens industrializáveis, uma menor preocupação com as questões ambientais e, por consequência, um aumento da poluição. Nesse contexto, utilizou-se como parâmetro de renda o valor do rendimento nominal médio anual dos domicílios particulares urbanos permanentes (IBGE, 2010) e entendeu-se que quanto maior a renda familiar de um município, menor seria o nível de conscientização ambiental de seus indivíduos e, por conseguinte, uma maior exigência desses indivíduos junto às empresas, contribuindo, assim, para ações ambientalmente responsáveis por parte do MEI.

De acordo com os resultados (Tabela 1), é possível concluir que a hipótese não se confirma. Embora a análise tenha apresentado três variáveis, pertencentes à dimensão ambiental, com relações negativas à renda média familiar dos municípios, estas não obtiveram níveis de significância. Outras três variáveis apresentaram correlações positivas com a renda das famílias, porém sem níveis significativos.

Variáveis (dimensão ambiental)	Renda familiar
Sua empresa possui diretrizes/políticas relacionadas à preservação do meio ambiente?	-,016
Você conhece as influências dos processos e/ou atividades de sua empresa no meio ambiente?	,013
Existe a preocupação com a economia de água na sua empresa?	,026
Existe a preocupação com a economia de energia elétrica na sua empresa?	-,036
Sua empresa realiza a separação dos resíduos para coleta seletiva de lixo?	-,128*
Existe a preocupação com a redução do uso de materiais na sua empresa (ex.: papelaria, insumos, combustíveis e etc.)?	,007
Você acredita que a adoção de ações voltadas à preservação do meio ambiente pode assegurar melhores condições de vida às futuras gerações?	-,010

Tabela 1: Correlações entre a renda média familiar dos municípios e as ações e percepções de cunho ambiental.

* A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

FONTE: Elaborado pelos autores (2014).

A variável que representa a ação dos MEI's em separar os resíduos para a coleta seletiva de lixo foi a única a apresentar correlação negativa (12,8%), ao nível de significância de 5%, com a renda média familiar do município. Isso pode também ser explicado por outros fatores, dentre eles: a falta de políticas municipais de conscientização e a não execução da coleta seletiva na cidade. Tais fatores demonstram a necessidade de políticas públicas, concomitantes à melhoria de renda, para que a questão ambiental realmente possa se tornar uma preocupação mais efetiva para os cidadãos e empreendedores individuais. Nesse sentido,

ressalta-se que quando questionados sobre os motivos sobre os quais os levariam a adotar práticas voltadas a um melhor gerenciamento das questões ambientais, os MEI's apontaram em primeiro lugar, com 45%, a possibilidade de financiamentos com taxas mais baixas e, em segundo, com 30%, as exigências de legislações mais rigorosas.

4.3 Correlações entre IDH-M e as variáveis relacionadas à gestão e à sustentabilidade

As hipóteses dois e três conjecturam que existem relações entre o índice de desenvolvimento humano dos municípios (IDH-M) e as ações relacionadas à gestão, assim como entre o IDH-M e as ações e percepções relacionadas à dimensão ambiental da sustentabilidade. Para analisar tais associações, procedeu-se a codificação e a separação dos microempreendedores individuais pertencentes aos municípios com médio desenvolvimento humano (10 municípios) daqueles que se enquadraram em alto desenvolvimento humano (6 municípios), de acordo com PNUD *et al.* (2013). A Tabela 2 demonstra apenas as variáveis que apresentaram correlações significativas com o IDH-M.

Variáveis	IDH-M
Você sabe onde estão localizados seus clientes?	,118*
Você cumpre os compromissos assumidos com seus clientes (prazos, preço e horário)?	,137**
A empresa possui metas de venda?	,139**
Você sabe quais são as ações de promoção mais adequadas ao seu negócio?	,119*
Sua empresa possui um controle formal para verificar os valores a receber de clientes?	,109*
Sua empresa gerencia as cobranças de crédito em atraso?	,106*
Você está satisfeito com o desempenho (resultados) da sua empresa?	-,153**

Tabela 2: Correlações entre o IDH-M e as ações relacionadas à gestão e à sustentabilidade e as percepções de cunho sustentável dos MEI's.

* A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

FONTE: Elaborado pelos autores (2014).

Observa-se que seis variáveis relacionadas à gestão dos negócios apresentam correlações positivas ao IDH-M, dentre elas: a busca pelo cumprimento dos compromissos assumidos com os clientes (13,7%) e o estabelecimento de metas de venda (13,9%) são as que possuem correlação significativa a 1%. As variáveis relacionadas às ações de cunho sustentável não apresentam nenhuma correlação significativa com IDH-M. Nesse contexto, como já apontado nas correlações entre renda média familiar dos municípios e as variáveis da dimensão ambiental, tanto um melhor nível de renda quanto um maior grau de escolaridade dos indivíduos das cidades em estudo não têm influenciado ações e percepções mais coerentes com a responsabilidade socioambiental dos microempreendedores individuais.

Quanto ao contexto econômico da sustentabilidade, a única variável que possui correlação na análise é a percepção do microempreendedor relacionada à satisfação com os resultados da empresa, que possui correlação negativa de 15,3%, o que demonstra que quanto maior o índice de desenvolvimento humano do município, menor é a satisfação do MEI com os resultados de seu negócio.

4.4 Análise discriminante das ações e percepções dos MEI's de municípios com diferentes IDH-M

Após as análises de correlação entre IDH-M e as ações e percepções dos microempreendedores individuais, procedeu-se a análise discriminante, utilizando-se o método *Stepwise*, a fim de verificar quais variáveis discriminam os MEI's pertencentes às cidades com diferente IDH-M. Como variável de agrupamento considerou-se os microempreendedores individuais pertencentes a cada uma das duas caracterizações do município (médio IDH-M e alto IDH-M) e como variáveis independentes, as ações de gestão e as ações e percepções relacionadas à sustentabilidade. A função discriminante extraída apresenta um autovalor de 0,103, com 100% de significância, e coeficiente de correlação canônica de 0,306. Este coeficiente elevado ao quadrado aponta que apenas 9,36% do total da variância foi explicada pelo modelo que inclui seis variáveis. Ainda que a função discriminante tenha sido significativa, sua capacidade de ajuste aos dados foi baixa, fato comum em ciências sociais, devido à diversidade de variáveis que interferem em estudos empíricos e não foram previstas no modelo estatístico proposto.

A Tabela 3 apresenta, de forma sucinta, os resultados da análise discriminante com as etapas de entrada, as variáveis extraídas, a estatística de Lambda de Wilks, demonstrando que, a cada etapa processada, diminuiu o grau de ajuste da função discriminante, e o nível de significância de cada variável pela função discriminante. A partir desses resultados, pode-se inferir que o padrão de resposta dessas variáveis foi significativamente distinto entre os grupos, sendo, portanto, estas variáveis as que mais discriminam as ações e percepções do grupo de empreendedores pertencentes às cidades com índices de desenvolvimento humano diferentes.

Nota-se que são três variáveis pertencentes à temática gestão (Metas de vendas, Clientes e localização e Cumprimento com compromissos assumidos) e também três da temática sustentabilidade (Satisfação com os resultados, Apuração dos resultados e a Crença de que ações podem assegurar melhores condições de vida às futuras gerações). A primeira variável a entrar para a função discriminante, o que significa que essa foi a variável que mais discriminou os dois grupos de municípios, foi a percepção de satisfação com os resultados da empresa. Esta e a variável que representa a ação de apuração de resultados, que aparece na etapa 4, são pertencentes à dimensão econômica da sustentabilidade.

Etapa	Variáveis	Lambda de Wilks	Sig.
1	Satisfação com os resultados da empresa	,976	,002
2	Metas de vendas	,953	,000
3	Clientes e localização	,939	,000
4	Apuração dos resultados	,927	,000
5	Cumprimento com compromissos assumidos com a clientela	,917	,000
6	Crença de que a adoção de ações voltadas à preservação ambiental pode assegurar melhores condições de vida às futuras gerações	,906	,000

Tabela 3: Resultados da análise discriminante dos MEI's, por IDH-M, com as etapas de extração, estatística Wilks' Lambda e nível de significância para cada variável.

FONTE: Elaborado pelos autores (2014).

Ainda dentro desta mesma temática, observa-se a percepção de que a adoção de ações voltadas à preservação ambiental pode assegurar melhores condições de vida às futuras gerações. Esta, de acordo com Sachs (2009), é o foco principal da corrente ecodesenvolvimentista.

Vale ressaltar ainda que as três variáveis, de acordo com os coeficientes de classificação da função, são mais trabalhadas e percebidas pelo agrupamento classificado em médio IDH-M, o que corrobora com a correlação negativa com a variável relacionada à satisfação com os resultados da empresa, última variável apresentada na Tabela 2. Por outro lado, as variáveis pertencentes à temática gestão, quais sejam: (i) a definição das metas de vendas; (ii) o domínio de onde estão localizados os clientes e (iii) o cumprimento com compromissos assumidos, são mais trabalhadas, de acordo com os coeficientes de classificação da função, pelos microempreendedores individuais pertencentes aos municípios com alto IDH-M, corroborando com a correlação positiva, também apresentada na Tabela 2.

Após todo o processamento da análise discriminante, constatou-se que 62,9% dos casos foram classificados corretamente, sendo 56,9% classificados corretamente em médio desenvolvimento humano e 43,1% em alto IDH-M.

4.5 Testes das hipóteses com a comparação de médias

Foram feitos testes de hipóteses com o intuito de colocar a prova duas hipóteses do trabalho, quais sejam: (h1) o Índice de Desenvolvimento Humano do município (IDH-M) possui relação positiva com as ações dos microempreendedores na gestão dos negócios. E, (h2) o IDH-M influencia as ações e as percepções dos microempreendedores individuais relacionadas à questão ambiental.

O teste de hipóteses foi realizado por meio do teste-t de amostras independentes, utilizando-se o nível de significância de 0,05. Assim, de acordo com Pereira e Patrício (2013), sempre que o *P-value* for menor do que o valor do nível de significância, deve-se rejeitar a hipótese nula e, por conseguinte, confirmar a hipótese proposta.

Com relação à hipótese h1, observa-se que apenas as variáveis de gestão que tratam (i) do cumprimento dos compromissos dos MEI's com seus clientes, (ii) do estabelecimento de metas de venda e (iii) do conhecimento das ações promocionais mais adequadas ao negócio são as que apresentaram níveis de significância dentro do parâmetro estabelecido para o teste. Todas as demais variáveis relacionadas à gestão não apresentaram níveis de significância aceitáveis, sendo, portanto, rejeitadas. Deste modo, afirmar que o IDH-M possui relação positiva com as ações dos microempreendedores na gestão de seus negócios só é válido, neste caso, para estas variáveis, conforme demonstrado na Tabela 4.

Variáveis de gestão	Estatísticas de grupo					Variâncias	Teste de Levene para igualdade de variâncias		teste-t para Igualdade de Médias		
	IDH-M	N	Média	Desvio padrão	Erro padrão da média		F	Sig.	t	df	Sig. (2 extr.)
Você cumpre os compromissos assumidos com seus clientes (prazos, preço e horário)?	Médio	116	2,61	,656	,061	iguais assumidas	21,446	,000	-2,733	389	,007
	Alto	275	2,78	,516	,031	iguais não assumidas			-2,481	177,668	,014
A empresa possui metas de venda?	Médio	116	1,66	,780	,072	iguais assumidas	5,340	,021	-2,773	389	,006
	Alto	275	1,89	,740	,045	iguais não assumidas			-2,714	206,452	,007
Você sabe quais são as ações de promoção mais adequadas ao seu negócio?	Médio	116	1,87	,679	,063	iguais assumidas	2,073	,151	-2,359	389	,019
	Alto	275	2,04	,655	,039	iguais não assumidas			-2,324	209,324	,021

Tabela 4: Resumo do teste de hipótese IDH-M versus variáveis de gestão.

FONTE: Elaborado pelos autores (2014).

A segunda hipótese, que conjectura a influência do IDH-M sobre as ações e percepções dos microempreendedores individuais relacionadas à questão ambiental, não se confirma. De acordo com o resultado obtido, nenhuma das variáveis da dimensão ambiental

(temática sustentabilidade) apresentou *P-value* menor do que o valor do nível de significância, considerando-se, neste contexto, a hipótese nula. Portanto, neste caso, não se pode crer que um melhor índice de desenvolvimento humano do município (IDH-M) poderá contribuir para melhorias nas percepções e, por conseguinte, nas ações dos microempreendedores individuais no que tange à questão ambiental.

5 CONCLUSÃO

Com o objetivo de compreender os padrões de gerenciamento e sustentabilidade dos microempreendedores individuais da microrregião de Varginha, a presente pesquisa evidenciou resultados que podem contribuir com o crescimento e o sucesso do MEI (empresa e indivíduo), cooperar com o desenvolvimento econômico e sustentável da região e ampliar os estudos relacionados ao fenômeno do empreendedorismo.

Sobre o Índice de Desenvolvimento Humano do Município como uma das variáveis da pesquisa, os resultados demonstraram poucas correlações positivas com as variáveis da temática gerencial (apenas seis) e uma correlação negativa com a variável satisfação com os resultados da empresa, significando que, quando pertencente a municípios com alto IDH-M, o microempreendedor individual tende a não estar tão satisfeito com seu negócio.

No que tange aos aspectos de diferenciação, algumas variáveis foram discriminantes entre os MEI's pertencentes a municípios com diferentes índices (médio e alto IDH-M). Dentre elas, destacam-se a percepção de que a adoção de ações voltadas à preservação ambiental pode assegurar melhores condições de vida às futuras gerações, pela temática sustentabilidade, e o cumprimento com os compromissos assumidos com os clientes, pela gestão.

Ainda com relação ao IDH-M, foi possível comprovar, por meio do teste-t de amostras independentes, que a hipótese da influência do índice nas ações e nas percepções do microempreendedor individual relacionadas à dimensão ambiental não se confirma, corroborando com os resultados da análise de correlação. Dessa forma, neste caso, pelos resultados do estudo, não se pode afirmar que os MEI's pertencentes a municípios mais desenvolvidos são mais bem preparados gerencialmente e mais conscientes com as questões ambientais.

No que tange as limitações da pesquisa, estas podem ser resumidas (i) na abrangência geográfica do estudo que abarcou apenas uma microrregião do estado de Minas Gerais, (ii) na população de MEI's derivada de um corte transversal, retratando a realidade em um contexto histórico-temporal e (iii) na desistência de microempreendedores em participar da pesquisa, quando no preenchimento do termo de consentimento, por este solicitar dados pessoais como nome e número de documentos.

Embora não tenham sido objeto deste estudo, vale ressaltar dois importantes pontos observados na pesquisa, durante a coleta de dados: o primeiro, a satisfação e a elevada autoestima, em grande parte dos MEI's pesquisados, pela conquista e formalização do próprio negócio e, o segundo, a ausência da inovação na constituição das empresas. Este último, de certa forma, retrata uma deficiência, na microrregião, em se instigar o empreendedorismo mais focado nas correntes da criatividade e inovação, prevalecendo as opções que se enquadram em atividades de comércio e em negócios bastante difundidos e já existentes nas cidades. Nesse contexto, o foco se dá no ator frente às oportunidades, identificadas por observações a outros negócios já em funcionamento, ou seja, a crença é de que o sucesso de um pode ser a garantia do sucesso do outro. Com isso, mesmo que esta tipologia de empreendedorismo possa ser um interessante caminho para o indivíduo, o fato é que pouco se pensa, se reflete e, por conseguinte, se agrega valor à ideia já implementada por outro: apenas

se copia. Estas constatações podem tanto servir para debates sobre o empreendedorismo, na microrregião, quanto de incentivo para estudos futuros.

Por fim, sugere-se que novas pesquisas possam ser estendidas a outras microrregiões, ou até mesmo para mesorregiões, com MEI's ou outras configurações jurídicas, como micro e pequenas empresas, objetivando contribuir para o aumento da participação dos pequenos negócios no Produto Interno Bruto do país e, por conseguinte, para o desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente correto e economicamente viável.

REFERÊNCIAS

BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 519 p.

BAIOCCHI, G. On dimensions of ecological economics. **Ecological Economics**, v. 75, p. 1-9, mar. 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Crescimento e desenvolvimento econômico**. Notas para uso em curso na EESP/FGV. São Paulo: junho de 2008b.

_____. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Texto para discussão – EESP/FGV. São Paulo: 31 de maio de 2008a.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007. 176 p.

DONAIRE, D. Considerações sobre a influência da variável ambiental na empresa. **Rev. de Administração de Empresa**, v. 34, n. 2, p. 68-77, abr. 1994.

FAUCHEUX, S.; NOËL, J. F. **Economia dos recursos naturais e do meio ambiente**. Lisboa: Ed. Piaget, 1995. 445 p.

HAIR JR., J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAN, R. L. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 688 p.

HUSSEN, A. **Principles of environmental economics and sustainability: an integrated economic and ecological approach**. 3. ed. New York: Routledge, 2013. 408 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades@**. Censo demográfico 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=31&search=minas-gerais>> Acesso em: 18 jul. 2013.

JUNG, C.F. **Metodologia para pesquisa & desenvolvimento**: aplicada a novas tecnologias, produtos e processos. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2004. 328 p.

LÉLÉ, S. M. Sustainable Development: a critical review. **World Development**, v. 19, n. 06, p. 607-621, jun. 1991.

LEVIN, J. **Estatística aplicada a ciências humanas**. 2. ed. São Paulo: Harbra, 1987. 408 p.

MACHADO, V. F. **A produção do discurso do desenvolvimento sustentável:** de Estocolmo à Rio-92. Brasília: UnB-CDS, tese de doutorado, 2005. 293 p.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing:** uma orientação aplicada. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. 768 p.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas. Amostragens e técnicas de pesquisas. Elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 296 p.

MUELLER, C. C. **Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente.** Brasília: Ed. UnB, 2007. p. 60-85.

NOBRE, M.; AMAZONAS, M. (orgs.). **Desenvolvimento Sustentável:** a institucionalização de um conceito. Brasília: IBAMA-CEBRAP, 2002. 367 p.

PANAYOTOU, T. **Economic growth and the environment.** In: Spring Seminar of the United Nations Economic Commission for Europe, Geneva, march 3, 2003. Disponível em: <<http://www.unece.org/fileadmin/DAM/ead/sem/sem2003/papers/panayotou.pdf>>. Acesso em: 12 de jul. 2013.

PEREIRA, A. PATRÍCIO, T. **SPSS:** guia prático de utilização. Análise de dados para ciências sociais e psicologia. 8. ed. Lisboa: Sílabo, 2013. 256 p.

PINHEIRO, M. M. S. Desenvolvimento Sustentável e Economia Verde: uma proposta de análise conceitual. In: **Desenvolvimento Sustentável, Economia Verde e a Rio+20.** Relatório de Pesquisa - IPEA. Brasília, 2012, p. 15-25.

PNUD; IPEA; FJP. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.** Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/ranking>>. Acesso em: 23 jul. 2013.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Microempreendedor individual:** estatísticas do MEI, 2014. Disponível em: < <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/lista-dos-relatorios-estatisticos-do-mei> >. Acesso em: 07 jan. 2014.

PORTUGAL, N. S; PORTUGAL JR., P. S.; BRITO, M. J. Desenvolvimento sustentável: da consciência às exigências, uma visão paradigmática do pensamento econômico ambiental. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 9, 2012, Resende. **Anais...** Resende, 2012. 1 CD-ROM.

SACHS, I. **A terceira margem:** em busca do ecodesenvolvimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 226 p.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalism, Socialism and Democracy.** New York: Harper and Row, 1950. 431 p.

_____. **Teoria do desenvolvimento econômico:** uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997. 237 p.

SILVA, A. S.; MARTINS, H. C.; TEDESCHI, W.; NETO, A. C. Empreendedorismo e gestão em organizações sociais: uma análise a partir dos elementos Schumpeterianos e das arenas decisórias de Simon. In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIA, 6., 2013, Bento Gonçalves. **Anais...** Bento Gonçalves, 2013. 1 CD-ROM

THEÓPHILO, C. R.; MARTINS, G. A. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 264 p.